



Comitê de Representantes

ALADI/CR/Ata 768
16 de maio de 2001

ATA DA 768ª SESSÃO DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do dia

1. Aprovação da Ordem do Dia.
 - Incorporação ao Comitê de Representantes da Excelentíssima Senhora Embaixadora Marlene Gómez Calderón, Representante da República da Costa Rica, como Observadora.
2. Assuntos em pauta.
3. Consideração das atas correspondentes às 766ª e 767ª sessões.
4. Aprovação dos termos de referência e da data do "Seminário-Oficina de peritos governamentais sobre incidências da ALCA no processo de integração da ALADI".
5. Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Comércio Eletrônico.
 - Seminário-Oficina: "Situação atual e perspectivas do comércio eletrônico na região".
6. Apresentação do "Estudo sobre a Evolução do Processo de Integração Regional durante o ano 2000" (ALADI/SEC/Estudo 133).
7. Consideração do pedido da Organização Pan-Americana da Saúde para ser aceita como Observador (ALADI/SEC/Proposta 234).

8. Assuntos diversos.

Preside:

CARLOS HIGUERAS RAMOS

Assistem: Carlos Onis Vigil, Ricardo Harstein, Perla Margarita Polverini, Ruben Javier Ruffi e Marcelo Fabián Lucco (Argentina), Willy Vargas Vacafior e María Elena García de Baccino (Bolívia), José Artur Denot Medeiros, Afonso José Sena Cardoso, Eduardo Paes Sabóia, João Mendes Pereira e Otávio Brandelli (Brasil), Héctor Casanueva Ojeda, Alfonso Silva Navarro, Flavio Tarsetti Quezada, Axel Cabrera e María Antonieta Jara (Chile), Arturo Sarabia Better e Guillermo Serna Meléndez (Colômbia), Miguel Martínez e Fidel Ortega Pérez (Cuba), Juan Carlos Faidutti Estrada, Julio Prado Espinosa e Carlos Santos Repetto (Equador), Julio Lampell Adler, Arturo Juárez Juárez e Juan Antonio Nevárez (México), José María Casal, Ruben Ramírez Lescano, Luis Alfonso Copari e Astrid Beatriz Salum Pires (Paraguai), Carlos Higuera Ramos, Carlos Vallejo Martell e Ricardo B. Romero Magni (Peru), Elbio Rosselli e José Roberto Muínelo (Uruguai), Rodrigo Arcaya Smith, Carlos Longa González e Magdalena Simone (Venezuela), Marlene Gómez Calderón (Costa Rica) e Vasilei Macovei (Romênia).

Secretário-Geral: Juan Francisco Rojas Penso.

Secretários-Gerais Adjuntos: Leonardo F. Mejía e Gustavo Adolfo Moreno.

PRESIDENTE. Está aberta a sessão.

1. Aprovação da Ordem do Dia.

Submeto à consideração dos Senhores Representantes a Ordem do Dia desta 768ª Sessão. Quero acrescentar um ponto e espero contar com seu apoio. Trata-se de um novo ponto 6, que conteria o relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Informação e Cooperação Institucional. Seus integrantes tiveram uma reunião importante e considero que valeria a pena que nos informassem sobre o andamento de seus trabalhos. Há algum inconveniente a este respeito? Não havendo, fica aprovada a Ordem do Dia.

- Incorporação ao Comitê de Representantes da Excelentíssima Senhora Embaixadora Marlene Gómez Calderón, Representante da República da Costa Rica, como Observadora.

Senhores Representantes, a manhã de hoje é especial porque temos a honra de dar as boas-vindas à Excelentíssima Senhora Embaixadora Marlene Gómez Calderón, Representante da República da Costa Rica, como Observadora.

Tive o prazer de conhecer a Embaixadora e seu extraordinário passado. Em nome dos doze países-membros, a Presidência sente a especial satisfação de receber neste Comitê de Representantes a Embaixadora, Senhora Marlene Gómez Calderón, quem assume hoje como Observadora junto a nosso Organismo, em representação de seu país, a Costa Rica.

Li com muita atenção seu currículo e posso deduzir que sua especialização no ensino e na administração educacional pode nos ser muito útil em nossos trabalhos. Um tema de constante preocupação para este Comitê, desde há décadas, é a participação da sociedade civil na integração latino-americana. Sem essa participação, tudo quanto fazemos em solenes tratados não se reflete realmente nas camadas sociais de nossos países.

Sei, ainda, que a Professora Gómez Calderón tem uma atividade muito ampla no campo da política costarricense pelo fato de ter sido Deputada Nacional. Mas é no campo social que discorre grande parte de sua vida, como no Parlamento Indígena da América, como Presidenta do Patronato Nacional da Infância e do Conselho Nacional da Infância e da Adolescência, tendo sido também representante do Instituto Interamericano da Criança. Enfim, é uma vida ao serviço da sociedade que se integra hoje a nosso Comitê de Representantes no preciso momento em que nos defrontamos com uma sociedade com profundas mudanças nos campos político, econômico e social, nos quais a ALADI tem de ser um ator ativo e permanente.

Seja bem-vinda, Embaixadora Marlene Gómez Calderón. Vossa Excelência e nós, seus irmãos latino-americanos, trabalharemos pela integração latino-americana e caribenha. Esperamos que a Costa Rica e seus parceiros da região muito em breve estejam representados nesta mesa. Seja bem-vinda, Embaixadora. Obrigado.

Ofereço a palavra ao Senhor Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Senhor Presidente. Em nome da Secretaria-Geral queremos também dar as boas-vindas à Embaixadora Marlene Gómez Calderón, que hoje assume como Representante Observadora da Costa Rica, caro país, no Comitê de Representantes.

Todos conhecemos a sólida democracia de seu país e, principalmente, a longuíssima tradição de paz da Costa Rica, bem como os esforços envidados para que tudo isso seja realidade. Também sabemos do papel que desempenhou durante os problemas vividos pela região centro-americana. Tudo isso fez com que a Costa Rica seja hoje um país em constante crescimento, um país onde a prosperidade e a bonomia de seu povo se unem para se apresentar perante o mundo como uma sólida expressão de uma melhor inserção na economia internacional.

Surpreendeu-nos muito, no ano passado, quando tivemos ocasião de visitar seu país, constatar sua pujança econômica. Além de continuar sendo um país com belezas incomensuráveis, país de dois mares para o mundo do turismo, e de ter sido por tradição principalmente exportador de produções agrícolas, hoje se tornou importante exportador de tecnologia de ponta para o mundo da informática e das comunicações.

Para nós foi muito satisfatório e estimulou grandes expectativas, não só na Secretaria-Geral, mas também no Comitê de Representantes no que se relaciona com as possibilidades de incrementar os vínculos da Costa Rica com os demais países-membros da Associação. Todos sabemos dos esforços que faz o Governo de seu país para aprofundar e consolidar esse crescimento econômico que, sem dúvida, é modelo para todos os países, não só da sub-região centro-americana, mas também de toda a América Latina. Estamos cientes dos profundos vínculos da Costa Rica com muitos dos países-membros da Associação, notadamente com o México, país com o qual mantém um Tratado de Livre Comércio há mais de um lustro, seis anos, para ser mais exatos, com a Venezuela e a Colômbia, países ribeirinhos da costa caribenha. Logicamente, essa exportação de produtos, bens e serviços vai muito além: exporta a solidez de sua democracia e de sua tradição de paz, que constituem um marco histórico de seu país e o transformam em um ponto de referência muito importante para todos os latino-americanos.

Em nome da Secretaria-Geral, seja bem-vinda. Desejamos a Vossa Excelência muitos êxitos em suas gestões aqui em Montevidéu. Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Secretário-Geral. Ofereço a palavra à Excelentíssima Senhora Embaixadora Marlene Gómez Calderón.

Representação da COSTA RICA (Marlene Gómez Calderón). Obrigada, Senhor Presidente, Embaixador Carlos Higuera, e Senhor Secretário-Geral, por suas palavras, que recebo muito emocionada em nome de todas as costarriquenhas e de todos os costarriquenos.

Senhor Presidente, Embaixador Carlos Higuera, Senhor Secretário-Geral, Embaixador Juan Francisco Rojas Penso, Senhores Secretários-Gerais Adjuntos, Leonardo Mejía e Gustavo Moreno, Senhores Representantes Permanentes, Senhores Observadores, senhoras e senhores, é uma grande honra para mim assumir como Observadora da Costa Rica junto a esta Associação. Quero aproveitar a oportunidade para parabenizá-los pelo vigésimo aniversário. São vinte anos de intenso trabalho, unindo vontades com vistas a unir, como vemos, vários países da área.

Os centro-americanos temos vivido a mais difícil integração, a que começa por casa. Exemplo dessa integração são a Guatemala e El Salvador. Trinta e cinco anos de intenso trabalho, enfrentando desafios na busca permanente da paz e da democracia. A Nicarágua, Honduras e o Panamá têm agido da mesma forma.

A Costa Rica vive cada dia a integração nacional como princípio fundamental da integração. Desde o lugar que ocupamos temos manifestado reiteradamente que a América Central deve superar a persistente exclusão social e pobreza extrema.

Nosso Presidente, o Doutor Miguel Angel Rodríguez, advogou nas últimas reuniões de Presidentes pelo estado de direito e para que as instituições democráticas sejam a coluna política da integração hemisférica.

Confiamos em uma progressiva equiparação de ônus e benefícios sociais dentro dos países, que eliminem paulatinamente as assimetrias que se apresentam, com o qual diminuirão consideravelmente as migrações, tanto dentro como para fora da região.

Continuamos insistindo na necessidade da reconstrução da área centro-americana, afetada, como os senhores sabem, por causa do Mitch e dos terremotos na Costa Rica, Nicarágua e, ultimamente, no El Salvador, país irmão e vizinho. Para recuperar esta situação centro-americana, acreditamos que devem basear-se na atração do investimento, no estímulo ao comércio e em uma ativa e permanente produção.

Em termos gerais, a política da Costa Rica tem sido avançar no campo da integração em todos os sentidos, sem que isso represente parar no tempo. Como muito bem assinalava o Senhor Secretário-Geral, a Costa Rica tem feito incursões no tema da integração, tendo assinado o Tratado de Livre Comércio com o México e com o Chile. Temos negociado com a República Dominicana, e há pouco tempo assumimos um compromisso com o Canadá. Nossa opinião é que devemos avançar, igual que todos os centro-americanos, tendo como alvo a integração. Acreditamos na integração e vemos-na na ALCA. Esperamos estar aí em breve.

Saúdo com muito entusiasmo, como mulher costarriquenha, a oportunidade de observar com atenção o que acontece na América Latina, que tem a ALADI como ponto de partida. Para nós, o norte desta Instituição é o desenvolvimento das ações tendentes a apoiar e fomentar esforços que confluam progressivamente para a criação de um espaço econômico comum. Temos a certeza de que será um pilar fundamental para a erradicação da pobreza, para a diminuição do analfabetismo e para a criação dos serviços básicos da saúde e da habitação, de forma que possamos, juntos e de maneira integral, garantir o cumprimento das convenções internacionais que têm a ver com uma melhor qualidade de vida para todas e para todos. Portanto, sinto-me muito emocionada pelo fato de poder ocupar um lugar aqui, como Observadora, e estou segura de que no futuro formalizaremos as possibilidades de ser membros ativos da ALADI. Muito obrigada.

- Aplausos.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixadora Gómez Calderón, por sua importante declaração, que nos permite conhecer os objetivos da Costa Rica nesta Organização, que luta pela integração. Novamente lhe dou as boas-vindas, instando-a a que participe ativamente de nossos trabalhos. Convido Vossa Excelência a que ocupe seu lugar de Observadora. Muito obrigado.

2. Assuntos em pauta.

Continuamos com nossa ordem do dia e convido o Secretário-Geral para que nos informe sobre os assuntos em pauta.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Senhor Presidente. Os assuntos em pauta constam do documento que sempre colocamos na pasta dos Senhores Representantes e que faz parte da ata desta sessão.

1. Representação Permanente da Bolívia. Nota Nº 24/01, de 2.V.2001.

Comunica que a Senhora Rossana Nava Morales Ortiz, Adida Civil, deixará de desempenhar funções na Representação, a partir de 31.V.2001.

2. Delegação Permanente do Brasil. Nota Nº 079, de 27.IV.2001.

Comunica que a Senhora Maria Elisa Rabello Maia foi designada Segunda Secretária.

3. Embaixada da Costa Rica. Nota ECR-UR-163-01, de 30.IV.2001. Envia Cartas Credenciais da Excelentíssima Senhora Embaixadora Marlene Gómez Calderón, Observadora no Comitê de Representantes.

4. Delegação Permanente do Brasil. Nota Nº 086, de 2.V.2001. Comunica que o Decreto Nº 3.808, de 30.IV.2001, colocou em vigência o Oitavo Protocolo Adicional do Acordo de Alcance Parcial de Renegociação Nº 9, assinado pelo Brasil e pelo México.

A nota foi publicada como documento ALADI/CR/di 1240.

5. Delegação Permanente do Brasil. Nota Nº 084, de 2.V.2001.

Comunica a vigência do Vigésimo Oitavo Protocolo Adicional do Acordo de Complementação Econômica Nº 18, assinado entre o Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

A nota foi publicada como documento ALADI/CR/di 1241.

6. Representação Permanente de Cuba. Nota Nº 20/01, de 27.IV.2001.

Comunica a vigência do Primeiro Protocolo Adicional do Acordo de Complementação Econômica Nº 43, assinado por Cuba e pelo Brasil.

A nota foi publicada como documento ALADI/CR/di 1239.

7. Representação Permanente do Paraguai. Nota Nº RP/ALADI/4/049/01, de 3.V.2001.

Comunica a vigência do Vigésimo Quinto Protocolo Adicional do Acordo de Complementação Econômica Nº 35, assinado entre o MERCOSUL e o Chile, e do Acordo de Complementação Econômica Nº 52, assinado pelo Paraguai e por Cuba.

A nota foi publicada como documento ALADI/CR/di 1242.

8. Representação Permanente da Venezuela. Nota Nº A 053/01, de 7.V.2001.

Comunica a vigência do Décimo Segundo Protocolo Adicional do Acordo de Alcance Parcial de Renegociação Nº 21, assinado pelo Paraguai e pela Venezuela, e do Décimo Sétimo Protocolo Adicional do Acordo de Alcance Parcial de Renegociação Nº 25, assinado pelo Uruguai e pela Venezuela.

A nota foi publicada como documento ALADI/CR/di 1243.

9. Contribuições recebidas para o orçamento da Associação.

O Equador envia cheque por US\$ 82.056,18, sendo que US\$ 72.579,00 correspondem ao pagamento pelo ano 2001 e US\$ 9.477,18, a parte da contribuição pelo ano 1996.

10. Análise comparativa das principais conclusões e resultados dos seminários sobre a dimensão jurídica da integração (ALADI/SEC/di 1497).

11. Relatório sobre o comércio intra-regional amparado pelo Acordo Regional de Cooperação e Intercâmbio de Bens nas Áreas Cultural, Educacional e Científica (ALADI/SEC/di 1495).

12. Levantamento sobre a legislação em matéria de defesa ao consumidor nos países da ALADI (ALADI/SEC/di 1496).

13. I Reunião do Comitê de Direção Executiva da Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional da América do Sul (ALADI/SEC/di 1499).

14. Relatório sobre o pedido da Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPS/OMS) para ser admitida como Observador no Comitê de Representantes (ALADI/SEC/di 1507).

15. Acreditação da Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPS/OMS) como Observador no Comitê de Representantes (ALADI/SEC/Proposta 234).

Queremos salientar, com grande satisfação, que recebemos um cheque da República do Equador por US\$ 82.056,18, correspondentes ao pagamento de sua contribuição do ano 2001 e de parte do ano 1996. Agradecemos a Representação Permanente do Equador e, por meio dela, o Governo de seu país por este importante gesto em favor da Associação, dando cumprimento aos compromissos assumidos com a Associação.

Senhor Presidente, destacamos também a nota da Delegação do Brasil, que informa da designação da Senhora Maria Elisa Rabello Maia como Segunda Secretária. Damos as boas-vindas à Senhora Rabello Maia e lhe desejamos êxito em suas funções.

Ressaltamos a nota da Representação Permanente da Bolívia, que comunica que a Senhora Rossana Nava Morales Ortiz cessou suas funções nessa Representação. Solicitamos ao Senhor Representante da Bolívia que lhe transmita nossos desejos de êxito em seu novo destino.

É tudo, Senhor Presidente. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Secretário-Geral.

3. Consideração das atas correspondentes às 766ª e 767ª sessões.

Passamos agora à consideração das atas correspondentes às 766ª e 767ª sessões.

Submeto a consideração a ata da 766ª sessão do Comitê. Há alguma observação? Não havendo, fica aprovada.

Há alguma observação sobre a ata da 767ª sessão do Comitê? Não havendo, aprova-se.

4. Aprovação dos termos de referência e da data do "Seminário-Oficina de peritos governamentais sobre incidências da ALCA no processo de integração na ALADI".

Passamos ao ponto 4, aprovação dos termos de referência e da data do "Seminário-Oficina de peritos governamentais sobre incidências da ALCA no processo de integração na ALADI".

Senhores Representantes, segundo ficou decidido, a Secretaria-Geral preparou o documento informativo 622/Rev. 3, que contém os termos de referência considerados na anterior reunião de Chefes de Representação. Submeto esse documento à consideração dos Senhores Representantes, que já foi aprovado informalmente pelos Senhores Chefes de Representação em um longo debate, que aperfeiçoou o documento inicial. Ofereço a palavra à Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (José Artur Denot Medeiros). Senhor Presidente, eu não tenho nenhuma observação a respeito do conteúdo do documento 622/Rev. 3, porque reflete os termos de referência que em princípio acordamos em nível de Chefes de Representação.

Proponho, sim, uma pequena alteração da data. Como decidimos na reunião de Chefes na semana passada, consultaríamos nossos Governos a respeito da data proposta, 7 de junho. Eu fiz a consulta junto às autoridades em Brasília e me responderam que nosso perito governamental teria dificuldades para vir dia 7, mas poderia vir dia 8 de junho. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Como os senhores lembrarão, o Equador foi sumamente concreto quanto à data de 7 de junho; deixou, todavia, a possibilidade de modificá-la se os Senhores Representantes tivessem inconveniente. Dou a palavra à Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (Juan Carlos Faidutti Estrada). Sim, em princípio aceitamos essa data. Imediatamente nos comunicaremos com Quito. Minha opinião é que não haverá problema quanto às conexões.

PRESIDENTE. De acordo com o que acaba de manifestar o Senhor Representante do Equador, consideraríamos a data de 8 de junho para o seminário-oficina. Cada um de nós comunicará a seu país que o adiamento é só por um dia e não por quatro ou cinco, o que poderia acarretar problemas. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Obrigado, Senhor Presidente. A minha pergunta é sobre procedimento. Até quando teríamos tempo para informar a Secretaria para os efeitos das passagens e das ajudas de custo? Como manejaríamos esse tema? Porque a data do seminário é muito próxima e gostaríamos de poder informar a nossa Chancelaria qual é a data limite e quais são os trâmites necessários, se se deve dar somente o nome ou também o número do documento de identidade da pessoa. Obrigado.

PRESIDENTE. Peço à Secretaria que responda essa pergunta técnica.

SECRETÁRIO-GERAL. Não é tão técnica, Senhor Presidente. O nome, quanto antes, porque sempre é complicada a colocação dos PTA. Eu diria que, como máximo, na próxima semana.

PRESIDENTE. Faltariam 22 dias para esta reunião, e me parece que deveríamos nos apressar. Não se trata de preparação, pois as pessoas que participarão estão bem preparadas para tratar o tema. Trata-se de que possam vir tranquilas, sem necessidade de voltar a seus países na metade do dia, como tem acontecido em outras oportunidades. Trata-se de que a reunião seja tranquila, frutífera e bem realizada. O Senhor Representante da Argentina está satisfeito com a resposta? Tínhamos dado um prazo de dez dias e creio que ainda temos dois dias. Tem a palavra a Representação do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (José María Casal). Estamos de acordo com a data, ou seja, dia 8. Gostaríamos de concretizar quanto antes essa data. Obrigado.

PRESIDENTE. Eu diria que já está concretizada. Apenas faltaria que o Representante do Equador nos confirme, e já o Embaixador adiantou que não haverá problema. Quer dizer que temos uma resposta positiva.

Representação do PARAGUAI (José María Casal). Poderíamos aprovar já a data ou haveria algum inconveniente?

PRESIDENTE. Já aprovamos a data e o Embaixador, com sua conhecida capacidade, pode dizer a seu representante que houve este inconveniente, que o Brasil e algum outro país tinham problemas quanto à data de vinda de seus delegados. Creio que isso seria tudo.

Representação do EQUADOR (Juan Carlos Faidutti Estrada). Em princípio, não creio que haja problema, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Então, fica concretizada a data de 8 de junho, e dependemos de que o Embaixador do Equador traga seu representante, que será necessário que esteja conosco. Obrigado.

5. Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Comércio Eletrônico.

- Seminário-Oficina. "Situação atual e perspectivas do comércio eletrônico na região".

Este ponto é muito interessante, e novo. Temos o relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Comércio Eletrônico. Ofereço a palavra ao Embaixador Héctor Casanueva para que nos informe sobre os avanços de seu grupo. Imagino que, por ser eletrônico, seus trabalhos devem ser muito rápidos e concretos.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Obrigado, Senhor Presidente. Os senhores podem ver este relatório na minha página web.

Eu desejaria informar que o grupo já realizou sua segunda reunião para discutir dois pontos, um dos quais era tomar conhecimento do grau de atualização do estudo sobre o comércio eletrônico na região. Posso afirmar que este estudo encontra-se na fase final de redação e estará disponível no final deste mês. Será publicado e estará à disposição das Representações a partir de 1º de junho, podendo ser enviado às capitais e analisado pelas Representações.

No que tem a ver com o seminário-oficina previsto no Programa de Atividades da Associação, foi determinado que o documento distribuído às Representações servirá de referência. Fizemos consultas; não sei se com todas elas, mas com a maioria, a respeito dos termos de referência, e gostaria de dizer-lhes que foi proposto realizar o seminário-oficina nos dias 27 e 28 de junho. Participaria um funcionário de alto nível, com a recomendação às Representações de que este funcionário de alto nível seja o responsável direto pelo tema comércio eletrônico, novas tecnologias e novas economias em cada país.

O objetivo fundamental deste seminário-oficina é conhecer o grau de desenvolvimento do comércio eletrônico e suas perspectivas na região e -eu diria que é um dos aspectos mais importantes constatados neste grupo- poder intercambiar experiências e pontos de vista no atinente ao papel que deveria desempenhar a ALADI para contribuir a que os países-membros se fortaleçam nesta matéria e que coordenação se pode determinar na medida em que os países assim determinarem.

Seria solicitada também a cada país uma informação sobre a situação do comércio eletrônico em seu âmbito, uma breve minuta de dez páginas, que deverá apresentar previamente. Pediremos, ainda, que os países analisem, no próprio seminário-oficina, as conclusões, principalmente do documento atualizado, como digo, e forneçam algumas idéias em torno do papel da ALADI nesta matéria.

No grupo se falou da possibilidade de que participem deste seminário-oficina até dois representantes do setor privado, convidados pelas Representações que assim julgarem conveniente. Fizemos as consultas com as Representações, antes desta sessão, e tenho a impressão de que a idéia majoritária é que somente participarão deste primeiro seminário peritos governamentais e que em uma etapa posterior poderemos incorporar representantes do setor privado para podermos estabelecer esta vinculação público-privada em torno desta e de outras matérias.

Em definitivo, Senhor Presidente, posso informar que já está determinada a data deste seminário, que os termos de referência são os distribuídos oportunamente, com as modificações comentadas sobre a participação do setor privado. Quanto à data de entrega deste relatório, solicitaríamos ao Comitê que aprovasse hoje os termos de referência e a data para que a Secretaria possa convocar, através das Representações, os peritos que participarão deste seminário. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Coordenador. A Presidência elogia o trabalho dinâmico deste grupo, de recente criação, um exemplo para nós, por sua rapidez e pela capacidade de decisão.

Submeto a consideração o Documento Informativo 614/Rev. 1, que contém os termos de referência do seminário-oficina "Situação atual e perspectivas do comércio eletrônico na região". Antes perguntaria ao Senhor Embaixador Casanueva se deveríamos mudar a segunda página, no final. Em lugar de "poderão participar também dois..." poderíamos dizer "em posteriores reuniões poderão participar dois..." porque Vossa Excelência disse que não seria aconselhável nesta ocasião.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Senhor Presidente, parece-me que eliminamos esse parágrafo porque está subentendido que em futuras reuniões será feito um trabalho público. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Considero que essa decisão é muito pertinente. Eliminaríamos o parágrafo que diz "poderão participar..." até "... suas despesas". Portanto, submeto a consideração o Documento 614/Rev. 1. Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (José Artur Denot Medeiros). Senhor Presidente, queria apenas agradecer ao Coordenador do grupo de trabalho, nosso colega do Chile, a preparação deste relatório e destes termos de referência que, com as modificações que fizemos, ou seja, eliminar o parágrafo sobre representações do setor privado, são plenamente aceitáveis. Somente queria fazer constar, quanto às datas propostas, que estamos consultando nossa capital. Parece-me que esta é a situação de todos, mas podemos aceitá-las já, em princípio, como recomendação a nossas capitais, e assim agiremos. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Tem a palavra o Senhor Representante do México.

Representação do MÉXICO (Julio Lampell Adler). Obrigado, Senhor Presidente. Queremos reconhecer também o trabalho do Senhor Representante do Chile na coordenação deste grupo e manifestar que concordamos com os termos de referência, mantendo, porém, em consulta com nossa capital o tema das datas. Obrigado.

PRESIDENTE. Sim, Senhor Representante. Acredito que todos interpretamos os agradecimentos ao Coordenador e ao grupo, logicamente, seus integrantes, que culminaram seu trabalho com este documento. Como sempre, os Senhores Representantes propõem a suas capitais as datas, que seriam 27 e 28 de junho. Ainda temos tempo para fazer as consultas.

Tomamos nota do relatório e dos termos de referência. Aprovamos esses termos de referência e apresentaremos a nossos Governos a data proposta.

6. Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Informação e Cooperação Institucional.

Passamos ao ponto 6 da ordem do dia. Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Afonso José Sena Cardoso). Obrigado, Senhor Presidente. Este é um relatório sobre a situação em que se encontra o assunto. Já distribuimos este relatório, de forma que me limitarei a assinalar alguns pontos deste documento.

O grupo se reuniu no dia 4 de maio e teve oportunidade de discutir aspectos relacionados com a página web da ALADI. Os membros do grupo coincidiram em parabenizar a Secretaria-Geral pelos avanços constatados nesta página, bem como na implementação do Portal empresarial.

As Representações coincidiram também em que para melhor adaptar os serviços de informação da Associação às necessidades dos países-membros e às Representações aqui presentes conviria examinar a possibilidade de implementar quanto antes um serviço de intranet, o qual permitiria um acesso mais rápido e completo às bases de dados da Associação por parte, exclusivamente, dos países-membros e não do público em geral, como acontece com a página web da Associação.

O grupo solicitou à Secretaria-Geral um documento com as especificações dos requisitos técnicos e dos custos aproximados para a definição e implementação desse serviço intranet. Com base nesse documento, o grupo examinará e apresentará aos demais grupos, mormente à Comissão de Orçamento e do Programa de Atividades, recomendações no que tem a ver com uma possível implementação do serviço intranet.

O segundo ponto da agenda foi a próxima reunião técnica de Responsáveis pelo Fornecimento de Estatísticas de Comércio Exterior, já convocada para os dias 27 e 28 de junho, na sede da ALADI. Todas as Representações coincidiram também em reafirmar o interesse pelo permanente aprimoramento do sistema de informações da ALADI, sem dúvida, um instrumento sumamente importante para a informação e para o apoio dos países nas negociações.

Por último, o grupo teve a primeira oportunidade de debater as questões relacionadas com a cooperação institucional. Como os senhores lembram, o Comitê de Representantes encomendou ao grupo de trabalho iniciar um levantamento e uma avaliação dos acordos de cooperação assinados pela Secretaria-Geral da ALADI com outras instituições para apresentar a este Comitê elementos para o tratamento do tema. A Secretaria-Geral está reformulando uma primeira informação que nos apresentou, que nos permitirá uma avaliação mais ajustada dos 168 acordos já existentes. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Submeto a consideração o relatório apresentado pelo Senhor Representante do Brasil. Ofereço a palavra aos Senhores Representantes que desejarem acrescentar algo ou fazer alguma observação. O silêncio significa que parabenizamos o Senhor Representante do Brasil e o grupo de trabalho. Obrigado.

7. Apresentação do "Estudo sobre a Evolução do Processo de Integração Regional durante o ano 2000" (ALADI/SEC/Estudo 133).

Passamos ao ponto 7. É importante a apresentação de um documento que nos servirá muito, o "Estudo sobre a Evolução do Processo de Integração Regional durante o ano 2000", em poder dos senhores. Como é costume, cederei a palavra à Secretaria-Geral para que faça um resumo do documento que está apresentando.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Senhor Presidente. Dia 4 de maio publicamos este Estudo 133, que constitui uma espécie de aide-mémoire do que a Associação avançou na integração latino-americana durante o ano 2000.

Quanto a seu conteúdo, este documento abrange até 15 de março, o que explica por que não figuram alguns acontecimentos recentes, que estão influenciando não apenas na evolução do processo, mas também na evolução política e econômica de todos nossos países.

Este documento foi estruturado em quatro partes. Na primeira, que chamamos sumário analítico, apresentamos uma série de reflexões a respeito da evolução da integração e alguns elementos que a Secretaria considera que merecem destaque e que incidiram diretamente nessa evolução.

No primeiro capítulo referimo-nos à evolução da economia regional e a sua inserção na economia internacional. No segundo fazemos referência à evolução inter-regional, com referências lógicas a sua participação no comércio global dos doze

países-membros. Finalmente, fazemos um raconto das ações realizadas nos diversos esquemas de integração em vigor, onde participam os doze países-membros, e sua projeção, tanto hemisférica como multilateral, e em suas relações com outros blocos de integração no mundo.

Quanto à parte do sumário analítico, Senhor Presidente, no ano passado constatamos um crescimento econômico de relativa importância, em contraste com o ocorrido em 1999, pois, com exceção de três países-membros, todos os demais tiveram um crescimento francamente espetacular. Apresentamos também na primeira parte da síntese algumas hipóteses que parecem estar sendo corroboradas, no que diz respeito ao que vem ocorrendo na economia internacional, que continua a se caracterizar por uma grande incerteza.

Nesse sentido, é muito evidente a diminuição do ritmo do crescimento econômico com os Estados Unidos da América do Norte. Justo ontem vimos como novamente, e em procura de deter essa queda do crescimento econômico, a Reserva Federal reduziu as taxas de juros. Temos acompanhado com suma atenção o movimento dos fluxos financeiros internacionais e cumpre manifestar que continua presente a volatilidade dos fluxos financeiros. Vemos como o crescimento econômico entre os países-membros da União Européia e, talvez, o Japão, não será suficiente para suplantar a locomotiva em que se tinha constituído o crescimento dos Estados Unidos.

Observamos, ainda, como neste último tempo os mercados bolsistas têm um comportamento muito errático, que já manifestamos em dezembro passado. Lamentavelmente esse comportamento está a se corroborar, com uma tendência em declínio, tanto em nível internacional quanto latino-americano. Ao mesmo tempo em que existem dois elementos adicionais que assinalamos no documento com relação à evolução da economia regional, diretamente relacionados com a situação econômica que enfrenta a Argentina, por um lado, para os efeitos que sofre o México, por outro lado, poderia acarretar a diminuição do crescimento econômico nos Estados Unidos.

Em 2000, ano positivo em matéria de crescimento econômico, também houve importante recuperação do comércio. No ano passado, o comércio regional atingiu 43 bilhões de dólares, equivalentes a um crescimento de 24% em comparação com o ano anterior. Desta forma, o comércio regional novamente se aproximou de seu máximo histórico, atingido em 1997.

Deter-me-ei brevemente neste aspecto. Até 1997, o comércio inter-regional cresceu de forma menos que proporcional, e isto pareceria indicar que poderia haver um teto a ser atingido em um período muito próximo e esse teto consiste em que esse comércio não pode ir além de 19,5% do total do comércio global. O comércio inter-regional não irá além, o que representará uma série de desafios dentro dos acordos de integração que estamos levando a cabo, que evidentemente têm uma influência importante no crescimento do fluxo comercial.

Embora seja verdade que existe esse limite, em termos do nível atingido pelo comércio inter-regional, também é verdade que pareceria ser um patamar importante para o comércio, uma vez que, definitivamente, ele adquiriu características estruturais de grande relevância e elas se evidenciam de duas formas. Por um lado, cabe salientar a qualidade desse comércio. O comércio de manufatura dentro da região é muito importante. Uma tendência que vinha se notando, de que a maior parte do comércio regional era feita com base em produtos primários ou de pouca

transformação, atualmente pouco menos de 70% do comércio inter-regional é de manufaturas e, ao mesmo tempo, o próprio mercado latino-americano veio ser o grande mercado da manufatura para os países-membros da Associação. Quero manifestar, ainda, que existe uma profunda tendência a incrementar os laços de vários países-membros com outros países co-participantes da Associação.

Ao contrário do acontecido no passado, vários países-membros da Associação têm maiores vínculos comerciais com outros co-participantes, representados nesta mesa. Isso indica, então, que o comércio inter-regional está começando a adquirir características estruturais que nunca teve em décadas passadas, e esse comércio incidirá necessariamente na possibilidade de que o processo de integração encontre uma base de apoio de muita transcendência, que permita aprofundar-se no médio prazo, a despeito dos desafios que todos conhecemos, e que os países-membros vêm enfrentando, notadamente em nível hemisférico.

Obviamente, este comércio intra-regional se explica pelas políticas de abertura dos próprios países-membros, que também conseguiram importante ponto de apoio no avanço da integração, mormente através dos acordos bilaterais e sub-regionais. Isto implica na necessidade de aprofundar essa via sub-regional e bilateral para que possamos esperar que seja superado o teto, antes mencionado, sobre o máximo do comércio intra-regional e, em definitivo, consolidar a base, que se tornou, na prática, em um elemento estrutural de nosso comércio.

Quanto aos esquemas de integração em vigor, apesar de certo descumprimento por parte de algumas das partes signatárias dos acordos, seja sub-regionais, seja bilaterais, na região, esse descumprimento é cada vez menor. Essa quantidade de descumprimentos encontra um mecanismo de defesa de muita transcendência, que no passado não funcionava adequadamente.

O ano passado foi muito significativo quanto à ativação dos mecanismos de solução de controvérsias, e isso vai ao encontro da necessidade de fortalecer os processos de integração e mostra, também, a fortaleza desses próprios esquemas para defender os elementos de descumprimento, que sempre haverá, mormente na medida em que cresce esse comércio. Sem ir muito longe, no ano passado a Secretaria atuou como Secretaria Técnica em duas contensões comerciais, analisadas em nossa própria sede, e pudemos participar ativamente do desenvolvimento de ambos os processos, constatando com grande satisfação que somente um país não foi favorecido pelos laudos arbitrais correspondentes, que esse país restituiu imediatamente as condições de acesso a mercados, pactuadas com os países que apresentaram as reclamações.

O caso do Tribunal Andino de Justiça é exemplo nesse sentido. No MERCOSUL também houve algumas reclamações de tipo comercial, sendo restituídas as condições de acesso aos mercados, pactuadas originalmente. Repito que isto demonstra a fortaleza dos próprios esquemas de integração, e eu convido a que reflexionemos sobre isto. Eu leio nos jornais de nossa região latino-americana que há muitos problemas de controvérsia; são, porém, problemas que continuarão a se apresentar, e oxalá haja muitos mais, porque isso significa que, em definitivo, as relações econômicas entre nossos países vêm crescendo e consolidando-se paulatinamente cada vez mais.

Contudo, o comércio não é o único elemento que vem fortalecendo os processos de integração. Estes esquemas de integração contribuem, de maneira eficaz, para o

desenvolvimento de uma série de mecanismos de cooperação, não só entre os Estados, mas também entre os setores privados, com manifestações muito claras em sua infra-estrutura: a energia e os transportes. Alguns elementos dessa área evidenciam que estes processos adquiriram uma vitalidade muito grande no que tem a ver com seu desenvolvimento e com sua contribuição para o incremento dessas inter-relações econômicas.

Em síntese, esta revitalização dos processos de integração promoveu uma mudança, que se manifesta de duas formas: em uma maior participação de atores sociais no estágio de tomada de decisões, notadamente na etapa de execução do processo de integração ou de projetos vinculados com a integração e em um reconhecimento explícito desta ferramenta da integração econômica dentro das estratégias de desenvolvimento que implementa cada um dos países-membros. Isso trouxe também um incremento dos investimentos, o que vem ocorrendo permanentemente na região.

Então, esse reconhecimento, dentro das estratégias de desenvolvimento, por um lado, o incremento dos investimentos entre nossos países e a ampliação da base de apoio social que têm conseguido esses esquemas de integração através da maior incorporação de um crescente número de atores para a execução destes projetos, por outro, marcam uma pauta de irreversibilidade dentro da integração entre os doze países-membros.

Essa prioridade bilateral e sub-regional existente na integração latino-americana contrasta abertamente com os avanços no plano regional. Neste contexto, não se avançou, e não foi possível avançar havendo razões muito importantes que podem explicar esta situação. Evidentemente, os doze países-membros têm a vontade política de avançar nos planos bilaterais e sub-regionais, mas isto não obedece caprichos ou decisões que não tenham a base também em fatos bem concretos, diretamente relacionados com a capacidade estrutural de nossos países para assimilar, em seu conjunto, um processo de integração multilateral. Cumpre reconhecer que essa vontade política se fundamenta na necessidade de propugnar por esquemas integracionistas de diferentes ritmos, ou seja, reconhecer o já pautado no Tratado de Montevideu 1980, quando se abriu a possibilidade de levar a cabo os acordos de alcance parcial, abrindo mão do princípio da cláusula da nação mais favorecida.

Definitivamente, o caminho transitado com plena justificação pela vontade política, dentro deste esquema de parcialidade, pareceria estar pondo as bases para uma efetiva convergência entre os diferentes acordos na Associação e estaria sendo transitado fundamentalmente através do aprofundamento desses acordos bilaterais e sub-regionais antes que por caminhos de imposição de decisões, salvo que uma vontade ou decisão política motive o contrário. Esta é uma constatação de fatos que vêm ocorrendo em nossa região em matéria de integração econômica.

Essa prioridade que os países dão aos acordos bilaterais e sub-regionais deve necessariamente ser atendida por nossa Organização. Neste mesmo documento apresentamos alguns elementos, confiando em que possam ajudar nos trabalhos do Comitê de Representantes, dando cumprimento à Resolução 54 (XI) do Conselho de Ministros. Esses elementos estão relacionados, fundamentalmente, com três aspectos: o primeiro tem a ver com a necessidade de apoiar o aprofundamento desses acordos sub-regionais e bilaterais. Na medida em que eles possam ser ampliados e consolidados iremos abrindo o caminho para um processo mais regional

de integração, incluindo elementos de multilateralidade, como tem havido em certos mecanismos comuns a todos os acordos na Associação.

Inscreve-se neste contexto a necessidade de que essa consolidação e esse aprofundamento contribuam também para o âmbito institucional, que tenha manifestações nesse sentido, o que pareceria ser um requisito importante. Essa institucionalização dos acordos bilaterais e sub-regionais ajudará a garantir o aprofundamento no futuro imediato.

Pensamos que se deve avançar, e já existem elementos dentro dos acordos bilaterais e sub-regionais, para a harmonização de determinadas políticas. Vimos com grande satisfação como no final do ano passado o MERCOSUL estabelecia metas em matéria macroeconômica. Já estão nesse caminho, mesmo que ainda subsistam muitos problemas de amadurecimento quanto a esse processo de harmonização. Mesmo o fato de manter um sistema permanente de intercâmbio de informações e de alerta de informação em matéria macroeconômica cria as bases para avançar por esse caminho de harmonização.

Dentro da Comunidade Andina há alguns avanços nessa matéria e estariam pensando em pôr também certos parâmetros que haveria que cumprir para orientar esse processo de harmonização. É muito importante esta harmonização, mormente na conjuntura econômica que estamos vivendo em nível internacional e que, definitivamente, terá repercussões nos doze países-membros da Associação.

Por último, há um tema que requer um tratamento muito especial: a distribuição dos benefícios e dos custos do processo de integração. O avanço nesse campo tem sido pequeno, os mecanismos foram implementados, e pareceria existir certo esgotamento quanto a sua utilização. Deveríamos, por conseguinte, rever estas matérias para que neste campo também possam ser criadas as bases para melhorar o processo de integração. Não estamos falando apenas dos planos bilaterais e sub-regionais, mas também regionais.

Senhor Presidente e Senhores Representantes, em termos gerais, estas são as reflexões da Secretaria-Geral em torno da evolução do processo de integração e dos caminhos que parecem surgir. Pensamos que esta contribuição da Secretaria será importante para seus trabalhos e reflexões sobre o cumprimento da Resolução 54 (XI). Pensamos também que este documento, como disse em certa oportunidade o Secretário-Geral da Comunidade Andina, contém uma magnífica síntese do acontecido nos diferentes esquemas bilaterais e sub-regionais de integração, constituindo uma parte valiosa do acervo de informações de que dispomos na Secretaria-Geral, que é para os senhores. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Secretário-Geral, por sua pormenorizada exposição sobre este importante Estudo 133, a respeito da evolução do processo de integração regional durante 2000, escutada com muita atenção por todos nós. Vale a pena que os Senhores Representantes que desejem fazer algum comentário manifestem sua intenção com o sinal de costume. O Senhor Representante da Argentina deseja manifestar sua opinião.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Obrigado, Senhor Presidente. Em primeiro lugar, queremos agradecer a Secretaria-Geral pelo relatório detalhado sobre a evolução do processo de integração regional e fazer alguns comentários.

Estamos no momento de fazer alguma revisão quanto à estrutura e objetivos deste documento que vem sendo publicado faz anos, geralmente no mês de abril ou maio. Vemos nele uma série de informações muito úteis para nossos países e para a sociedade em geral.

Em primeiro lugar, deveríamos decidir se ele é, como assinalou o Secretário-Geral, uma memória, um anuário ou um relatório de conjuntura. Seguindo a idéia do Secretário-Geral, acredito que neste tema podemos falar de outros temas. Contudo, o título, "Evolução do processo de integração no ano 2000", contém a idéia de um anuário, de uma memória; ou seja, uma recopilação de fatos ocorridos no ano 2000. Por isso, minha primeira observação crítica é que deveria finalizar em 31 de dezembro e não continuar até 15 de março.

Compartilho da idéia de uma memória, de um anuário que contenha todos os fatos do processo de integração. Nossa opinião é que o setor comércio está analisado de forma muito breve, somente em duas páginas de todo o documento. Sabemos também que depois vem outro documento com uma análise um pouca mais profunda do tema comercial, mas pensamos que este estudo, com este título e com um formato de anuário, deveria ampliar a análise do comércio intra-regional, que este tema deveria ser um dos pontos centrais, que a análise devia ter sido feita país por país, levando em conta o avanço nos processos de desgravação tarifária e levando em conta a relação entre esse aprofundamento dos processos de integração e o incremento ou não do comércio intra-regional.

Dito de outra forma, tomar os elementos que nos são próprios na região para fazer que este seja um documento muito ilustrativo, não apenas para nós, através da página web ou de outra forma, onde haja uma análise dos elementos próprios; que não seja um documento descritivo, no qual podemos tomar esses elementos informativos da CEPAL, como está aqui, que nos mostra a parte econômica, por relatórios do FMI ou da CEPAL. Deveria tomar os elementos próprios, a massa crítica de que dispõe a ALADI, e investigar como um documento que informa sobre questões novas. Não repetamos o que está em outros documentos. Essa análise própria que nós temos é a surgida entre a evolução do comércio em um ano e as desgravações tarifárias que automaticamente se produzem nos diferentes acordos. Este ponto parece-nos central, e deveria ser uma das partes principais desse relatório. Logicamente, continuamos reiterando que deve ser de 1º de janeiro até 31 de dezembro.

Consideramos muito positivo o segundo e o terceiro, que é o Capítulo 3, toda a parte dos acordos. Também deveriam ser uma parte central deste estudo todos os fatos que se produzem, do ponto de vista de acordos, em nível bilateral, sub-regional ou regional. Igualmente, parece-nos bem que haja, seguindo a idéia de uma memória ou anuário, uma análise casuística e bem pormenorizada de quanto tem evoluído o processo dos acordos. Deveria haver outro capítulo sobre outras ações do processo de integração, que talvez estão em alguns aspectos, mas deveria ser mais profundo. Quanto ao papel da ALADI, com novos temas, deveria haver outra série de temas, como ciência e tecnologia -que está aqui- como infra-estrutura ou comércio eletrônico e novos temas que vão se incorporando. Este documento deveria conter todos os fatos, elementos ou ações produzidos em determinado tempo.

Todas estas são idéias que quero comentar com os senhores, porque acredito que nosso afã é fazer um documento mais completo e mais representativo. Talvez seria possível também colocar um capítulo no final, que diga "perspectivas para o ano

seguinte", mas que seja independente, pois não é o objetivo deste estudo. O objetivo é repassar minuciosamente um período anual. Seria possível pôr perspectivas ou circunstâncias internacionais que possam influir, mas em um capítulo especial.

Quando se analisa o comércio do ano anterior também se pode fazer referência a circunstâncias internacionais, mas que incidam nesse processo, que se possam associar com esse tema; não dizer somente que houve crises determinadas ou não em determinado tempo, porque talvez essas crises não tiveram incidência no incremento do comércio ou no relacionamento com outros temas da região. Então, parece-me que a idéia central é tomar elementos nossos, outros elementos internacionais, mas sempre dirigidos a um objetivo, que é como estamos na região. Que não seja um documento descritivo, mas um documento que busque tirar conclusões sobre uma série de elementos diversos.

Finalmente, falando um pouco da vontade política e de encontros e manifestações de vontade política, poderia haver também algum capítulo que diga: houve xis reuniões presidenciais na região durante esse período de tempo, que manifestaram sua vontade a respeito de determinados temas. Isso completaria um aspecto político sobre o interesse dos Presidentes. Também se poderia ver, de todas essas intenções dos Presidentes e dos Governos, quais se concretizaram e quais não. Finalmente, para nós seria muito útil relacionar os fatos políticos, econômicos e comerciais com o efetivo avanço do processo de integração ou de benefício para nossos países.

Esses primeiros comentários seriam, em princípio, os que queria expor a meus colegas, com a intenção de intercambiar idéias e melhorar uma apresentação e um estudo que me parece muito importante como reflexo da Associação. Minha opinião é que devemos aperfeiçoar tudo o que nos reflete e fazê-lo da melhor forma possível. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Todos tomamos nota de seus comentários e vamos considerá-los no futuro próximo para que este estudo seja cada vez mais perfeito e útil para nossos Governos. Tem a palavra o Senhor Representante da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Rodrigo Arcaya Smith). Obrigado, Senhor Presidente. Parabenizamos a Secretaria por este documento, muito completo e, evidentemente, melhorável. Podemos ir tomando alguma das recomendações feitas pela Argentina.

Quero referir-me, em primeiro lugar, a que este documento deve fazer parte dos dois documentos de apoio para nossos trabalhos relacionados com a Resolução 54 (XI); ele nos dá muitos elementos, inclusive o documento de base, elaborado pela Secretaria. Este é um complemento porque também há um aspecto de avaliação que devemos levar em conta neste último ano.

Eu desejaria salientar um ponto que me pareceu muito interessante, na página 26 do documento, referente aos acordos de livre comércio assinados pelos países-membros. Pode-se observar que para o ano 2004 teremos liberado o comércio entre os países-membros da ALADI, estando 75,7% em zona livre. Isto nos deve fazer reflexionar que estamos prestes a alcançar o objetivo de aperfeiçoar uma zona de livre comércio entre nossos países. Penso que devemos plasmar esta reflexão em nossas recomendações aos chanceleres, na próxima reunião do Conselho de

Ministros. Não está longe poder declarar uma zona de livre comércio latino-americana. Acredito que estes elementos nos dão muita base para esta idéia. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Tem a palavra o Senhor Representante da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Arturo Sarabia Better). Coincido com o exposto pelo Embaixador da Argentina, Carlos Onis. Concorde na necessidade de que na preparação destes documentos devem ser melhor aproveitadas as vantagens comparativas da ALADI. Para aproveitar mais estes estudos deveriam ser deixadas de lado, ou servir apenas como referência marginal, aquelas considerações ou elementos já contidos em outros documentos.

Creio que este critério deveria, até mesmo, orientar todas as atuações desta Instituição, logicamente, sem desconhecer o mérito e a qualidade deste trabalho. Trata-se de melhorar as coisas.

Penso, e continuo com a mesma idéia, que também seria conveniente que nesses documentos se indagasse os efeitos em cada país da política de desgravação ou do cumprimento e desenvolvimento dos acordos regionais em matéria comercial ou no intercâmbio de bens. Uno-me também à opinião daqueles que solicitaram que estes estudos fossem anuais. Se conseguirmos que o melhor anuário do que está ocorrendo em matéria de integração seja o da ALADI, teremos dado um passo significativo.

Menciono também a sugestão da Representação argentina no sentido de que seja examinado e recopilado o que anualmente se diz nas reuniões dos órgãos políticos e se avalie sua evolução.

Finalmente, queria fazer algumas sugestões. Antes, porém, e para ser mais explícito, vou contar-lhes o que me aconteceu. Sendo Diretor do Instituto Colombiano de Comércio Exterior, visitei em certa oportunidade um povoado no Departamento de Boyacá. Quando cheguei aí para explicar o programa de abertura da economia, fui objeto de uma furiosa diatribe por parte de um dirigente vinculado com uma empresa siderúrgica, quem me acusou de estar impulsionando uma política neoliberal e aberturista, que estava produzindo a quebra de nossas indústrias siderúrgicas. Contudo, quando começamos a ver as cifras, o resultado foi que a causa dessa situação não era a política de abertura de nossa economia, e sim o simples cumprimento dos prazos previstos, mesmo 10 ou 15 anos antes, para a desgravação do setor siderúrgico no âmbito da integração andina. Tínhamos feito, portanto, o que havia que fazer.

Este episódio me levou à conclusão de que, quando em nossos países são criticadas as políticas de abertura e seus promotores são chamados de neoliberais, existe um desconhecimento de quanto do importado depois das mudanças se deve ao avanço do processo de integração e quanto, à abertura de nossas economias para o resto do mundo. Este desconhecimento tem estimulado a formação de anticorpos e de atitudes de rechaço à idéia da integração entre amplos setores de nossa população. Trata-se, então, de ver o que está ocorrendo, como conseqüência do processo de integração, para depois poder demonstrar que, embora seja verdade que alguns setores puderam ver-se afetados, outros, em sua maioria, foram beneficiados. Somente na medida em que sejamos capazes de explicar esta

dinâmica positiva, a integração será vista com bons olhos. Conseguir isto, é um pouco o propósito central de uma instituição com esta. Não é um trabalho simples, reconheço, aprimorar mais um pouco estas cifras, indagar, por exemplo, se o comércio intra-regional em um setor cresceu mais do que seu comércio interno, o que nos permitiria identificar um eventual deslocamento da produção interna em favor do produto importado. Na medida em que tenhamos mais informações sobre os diferentes fenômenos que estão ocorrendo no processo de integração de nossas economias poderemos ter respostas muito mais contundentes e apontar melhor para as soluções requeridas.

Para finalizar, vou referir-me a um assunto mencionado pela Argentina. Trata-se da necessidade de que nestes estudos seja avaliado o impacto concreto de certas medidas. Neste fim de semana estive em Buenos Aires e encontrei suas ruas cheias de uma propaganda defendendo a indústria nacional e acompanhando politicamente o Governo no aumento das tarifas para alguns produtos. São medidas de nossos Governos que, logicamente, respeitamos, mas seria bom ver seu impacto no intercâmbio e averiguar quais são os prejudicados com estas medidas protecionistas; se os exportadores da China ou do Peru e Colômbia ou de qualquer outro país da região. Eu sugeriria, por conseguinte, que fizéssemos este exercício, até onde fosse possível nestas avaliações, porque isso nos daria ferramentas muito mais úteis para poder defender a integração. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Continuamos com as intervenções para melhorar, como disse o Embaixador da Colômbia, e poder pôr em prática os documentos da Secretaria. A Secretaria toma nota de todas estas recomendações e depois lhe darei a palavra para que expresse sua opinião. Tem a palavra o Senhor Representante do Chile.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Obrigado, Senhor Presidente. Em primeiro lugar desejaria agradecer o estudo apresentado pela Secretaria, do qual tivemos um avanço no começo deste ano, um pequeno livro que nos distribuiu a Secretaria, uma análise preliminar, como faz a CEPAL, por exemplo, que também entrega um avanço preliminar e depois o estudo definitivo.

Desejaria fazer alguns comentários sobre o estudo em si, sobre este documento. Coincido com o manifestado por Carlos Onis e com o dito a respeito da necessidade de fazer-lhe algumas modificações, principalmente para que seja um documento de entidade e de nível. Não digo que não tenha esse nível, mas que tenha um nível equivalente, por exemplo, ao dos estudos que entrega o BID, a CEPAL ou o Banco Mundial, sobre a situação específica, neste caso, do processo de integração e que seja um referente na região e nos organismos internacionais para referir-se ao processo de integração.

Se estivéssemos de acordo em que assim deveria ser, obviamente faltariam muitos elementos; mas acredito que seria um objetivo. Eu preferiria também que este estudo fosse entregue antes de maio. Parece-me que este mês é um pouco tarde. Haveria que fazer um esforço para que, por exemplo, no próximo ano ele fosse entregue o mais tardar em fevereiro ou março, data que, aliás, coincide com a data em que estes estudos são apresentados pelos outros organismos internacionais.

Outro ponto que queria mencionar quanto ao estudo é que deve registrar de uma maneira mais contundente, não apenas melhorada e aumentada, os temas principalmente comerciais, mas, como se trataria do único estudo sobre avanços no

processo de integração regional, diferente do estudo da CEPAL, do BID ou do Banco Mundial, deveria incorporar todos os temas relacionados com a integração. De fato, neste ano temos, como mencionava a Argentina, reuniões de alto nível, reuniões dos Ministros de Trabalho, em nível regional ou de esquemas sub-regionais, que produzem avanços no processo de integração porque começam a falar que se deve harmonizar sistemas de segurança social ou proteger os trabalhadores, mobilidade do fator, etc. como avança isso, tudo pensando em que nosso objetivo, segundo o Tratado, é justamente o mercado comum, como se diz aqui reiteradamente. Isso significa que deve registrar avanços nas quatro liberdades do mercado comum: produtos, pessoas, serviços e capitais. Então, que acontece com o movimento de pessoas, que acontece com o movimento de capitais, dos serviços e dos produtos? Que tudo isso fique registrado, e veremos se houve ou não avanços, se houve retrocesso.

Queria dizer, ainda, que neste documento deveriam estar de uma forma mais resumida os dados e as análises feitas em outros estudos durante o ano, e isto também seria um compêndio, porque temos estudos bastante bons. Por exemplo, foi-nos apresentado o estudo sobre a estrutura do comércio intra-regional, muito bom, sobre o que está acontecendo com a aplicação dos acordos, com a estrutura dos intercâmbios, quais crescem mais, quais crescem menos, o que aconteceu com os produtos industriais, de primeira transformação, de segunda transformação, etc. Incorporar tudo isso, de forma que seja um vade-mécum contundente e que, insisto, seja um referente sobre o avanço do processo de integração.

Por outro lado, Presidente, desejaria assinalar apenas três pontos que preocupam a respeito do conteúdo deste estudo. Por um lado, provocam certa satisfação os dados de criação de comércio na região, o dinamismo que houve, o fato de que a América Latina continue a atrair os investimentos externos, que embora tenha havido certa retração, há intercâmbio com valor agregado muito importante. Isto tem grande repercussão; mas se o consideramos em si mesmo, apenas é uma parte da realidade porque, junto com produzir-se isto positivo, se olharmos as análises da CEPAL a respeito da pobreza ou da criação de emprego -ou da não criação- ou o último documento apresentado pelo Secretário Ocampo, "Recuperar a Agenda do Desenvolvimento", que enfatiza justamente este paradoxo de que cresce o comércio regional, cresce o comércio intra-regional, melhora a incorporação de valor aos produtos negociados entre nós, mas não cresce o emprego, não melhora a distribuição do ingresso, há retrocessos em matéria social, existe certo recuo do Estado quanto a seu papel compensatório em matéria de políticas sociais perante as iniquidades do modelo, etc.

Também é necessário poder contrastar isto com o que está ocorrendo em outros cenários e ver que medidas podem ser tomadas. Não digo que a ALADI deva tomá-las, mas sim os Governos. Inclusive este tipo de sinergia deveria produzir-se entre os Governos dos países-membros para avançar na correção destes elementos. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Tem a palavra o Senhor Representante do Brasil.

Delegação do BRASIL (José Artur Denot Medeiros). Obrigado, Senhor Presidente. Minha Delegação também acredita que este documento melhorou bastante, mormente a respeito da versão preliminar que eliminamos há um momento,

e talvez seria um bom procedimento que atuássemos dessa maneira quando se tratar de relatórios que podem ser tomados como referentes, como este estudo.

Tal como está agora, o documento não tem o caráter excessivamente prescritivo de sua versão preliminar, que não corresponde quando se trata de um trabalho que pretende apresentar uma fotografia do processo de integração no ano 2000. Logicamente, continua sendo um documento melhorável. Considero que várias das sugestões feitas neste debate são muito meritórias e deveriam ser levadas em conta pela Secretaria na próxima oportunidade, mas em geral o documento, em sua parte descritiva, coloca muito bem o processo de integração no contexto econômico mundial, sendo remarcado por algumas atitudes importantes. Salienta-se também de forma muito pertinente a evolução positiva do comércio regional no ano 2000 e são descritas, também de maneira adequada, as ações realizadas nos diferentes foros de negociação: regional, sub-regional e bilateral.

Há informações úteis, até mesmo inovadoras, como por exemplo na página 41, com a tabela que apresenta as relações bilaterais sem acordo de livre comércio, ou na página 45, quando se informa sobre a importante ampliação e aprofundamento das preferências no novo acordo entre o Brasil e Cuba, por exemplo, fatos que demonstram o dinamismo da integração, apesar das conhecidas dificuldades que todos tivemos desde o ano 2000.

Também a seção referente à projeção externa apresenta um panorama bastante completo, no nosso parecer, do que vem sendo feito, por exemplo, entre o MERCOSUL e a União Européia, entre o MERCOSUL e a África do Sul e também no contexto hemisférico e multilateral. Para minha Delegação é particularmente importante que nesta seção sejam feitas algumas referências a acordos concluídos por países da ALADI com países que não integram nosso Organismo e que estariam compreendidos nas obrigações assinaladas pelos Artigos 25 e 44. Creio que neste contexto é importante que a Secretaria nos dê esse tipo de informações para que possamos ter uma idéia do que acontece no que tem a ver com o cumprimento ou descumprimento destes dois artigos. Em geral, como disse, a parte descritiva está muito melhorada e é muito útil.

A parte prescritiva, que é este sumário analítico inicial, Senhor Presidente, eu gostaria de que fosse simplesmente substituída em sua totalidade pela apresentação que nos acaba de fazer oralmente o Secretário-Geral, ao apresentar o documento. Na verdade, é muito melhor que a parte analítica deste documento. Tal como está escrito, há algumas contradições entre um parágrafo e outro, em algumas prescrições; as ambigüidades de sempre. Proponho que o documento seja revisado e que se incorpore a ata desta sessão com toda a apresentação do Secretário-Geral. Com isto o documento ficaria muito melhorado, no sentido de tudo quanto foi dito aqui.

Então, Senhor Presidente, creio que em geral a Secretaria deve receber parabéns por ter melhorado este estudo, principalmente o Secretário-Geral, pela apresentação muito clara, muito objetiva e muito politicamente articulada de sua visão do processo de integração. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Não tenho mais oradores sobre este tema. Perdão! Tem a palavra o Senhor Representante do Peru.

Representação do PERU (Carlos Vallejo Martell). Obrigado, Senhor Presidente. Minha Representação também adere ao reconhecimento pelo documento que nos apresentou o Secretário-Geral. Como foi dito, é útil e pode ser aperfeiçoado. Oportunamente exporemos nossas apreciações a este respeito.

Temos, ainda, uma pequena observação quanto ao Capítulo Terceiro, letra c), acordos que estão sendo negociados, onde figura o Acordo de Complementação Econômica Nº 8, entre o México e o Peru. Pode-se comprovar, depois da leitura do parágrafo correspondente, página 49, que esse acordo já foi concluído. Por isto sugerimos incluir na letra b), consolidação dos acordos existentes, onde me parece mais apropriado colocá-lo, na medida em que a ampliação do ACE 8 com o México foi concretizada através da incorporação de novas preferências. Isso era o que queria manifestar, Senhor Presidente. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. A idéia é que não se trata de um acordo que está sendo negociado, mas de um acordo já negociado, Ou seja que mudaria de capítulo. Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Julio Lampell Adler). Obrigado, Senhor Presidente. Coincidimos com a proposta da Representação do Peru, no sentido de que este acordo estaria melhor na letra b), consolidação dos acordos existentes.

Nossa opinião, igualmente, é que neste mesmo parágrafo deveria figurar a consolidação, a que se chegou no ano passado, dos acordos entre o México e o Uruguai, entre o México e a Argentina, atualmente no item MERCOSUL - México, de acordos de negociação, na letra c). Penso que convém distinguir entre o que é a negociação MERCOSUL - México e o que foi o aprofundamento destes acordos no ano passado, que foram aprofundamentos importantes. Sei que, tal como está desenhado o documento nesta letra b), procurou-se incluir unicamente acordos de livre comércio, mas não deveria ser, necessariamente, esse o critério a utilizar neste caso, mormente se estamos na presença de um avanço importante em acordos como os que mencionei. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. A Presidência considera que nenhuma Representação terá objeção ao manifestado por Vossa Excelência, porque aperfeiçoa o documento, coloca tudo em seu lugar. Cedo a palavra ao Senhor Representante de Cuba.

Representação de CUBA (Miguel Martínez). Obrigado, Senhor Presidente. Em primeiro lugar, queria unir-me aos parabéns à Secretaria-Geral pelos esforços que implicou o relatório que nos distribuiu. Concordo também com a proposta do Senhor Embaixador do Brasil, no sentido de que a apresentação do Secretário-Geral é muito mais eloqüente e clara, do ponto de vista da análise de valor do processo de integração, que o que está escrito no estudo. Portanto, seria correto que a proposta brasileira fosse levada em conta e essa análise fosse incorporada a este trabalho.

Em segundo lugar, esta Representação teria apenas algumas observações, mas podemos fazê-las por escrito para a Secretaria, pois não se trata de elementos básicos. Por exemplo, na página 44, a respeito da vigência do acordo entre Cuba e o Paraguai, seria necessário um esclarecimento. É possível que tenham a ver a data em que este relatório foi redigido e a data em que foram pactuadas as vigências.

No que tange ao ponto 3. a), ações de caráter regional, embora não tenha podido ler o documento, vejo que não se menciona, por exemplo, o tema do turismo. Uma das ações da Associação no ano 2000 foi a IV Reunião do Conselho de Turismo da ALADI, que desencadeou ações que ainda estamos tratando de realizar, e creio que valeria a pena tratar no estudo o que fizemos e aquilo que ainda não pudemos levar à prática no tema turismo. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Certamente sua recomendação também será levada em conta para o aprimoramento deste documento, que pode ser, imagino, uma Revisão 1, que recolha todas as idéias expostas. Tem a palavra o Senhor Representante da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Obrigado, Presidente. Em primeiro lugar, apóio a idéia de que a apresentação do Secretário-Geral foi muito mais completa que o que assinala o documento, porque o Secretário-Geral, por seus conhecimentos, incluiu temas de outros documentos que talvez não estejam neste. Foi uma apresentação muito mais completa que este estudo. Concordo com a idéia de tirar da ata uma nova versão para este estudo.

Entretanto, quero propor algo mais, algo concreto: nos próximos meses, a Secretaria poderia preparar uma estrutura do novo documento para setembro e, em algum momento, poderíamos tratar novamente este tema e discutir essa estrutura para que a Secretaria, com tempo suficiente, possa ir juntando o material para elaborar um novo estudo, de acordo com as indicações ou sugestões feitas. Não sei quando seria conveniente para a Secretaria ou quando poderia apresentá-lo, mas creio que em dois ou três meses poderíamos a começar a discutir um primeiro projeto de nova estrutura para este documento. Desta forma já poderíamos dar-lhe idéias sobre o tipo de documento que queremos. Essa era minha proposta concreta. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Sim, acredito que também essa proposta é válida e atendível pela Secretaria-Geral. Tem a palavra o Senhor Representante do Chile.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Apenas para esclarecer algo que para mim não está suficientemente claro. Estou de acordo com que a apresentação do Secretário-Geral tem elementos e matizes que não constam no documento, e seria bom incorporar isso, mas eu seria partidário de incorporá-lo, não de substituir esta parte pelo que disse o Secretário-Geral. Esta parte, como está no documento, está bem; tem bons elementos, tem pronunciamentos, análises; enfim, poderia enriquecer-se, mas eu não gostaria de ver substituída esta parte.

PRESIDENTE. Sim, creio que essa era a idéia. O Secretário-Geral tem a inteligência suficiente como para tomar todos os elementos que emitiu e inseri-los na parte correspondente do estudo. E aconteceu algo imprevisto: o Secretário-Geral deverá parabenizar o Comitê de Representantes porque as idéias dadas são as mais úteis e construtivas que eu, pelo menos, tenho escutado no curto tempo de minha estada na ALADI.

É muito importante que os documentos sejam aperfeiçoados, sem entrar no mérito do documento, que é responsabilidade da própria Secretaria-Geral. Creio que podemos intervir com bastante acerto na estrutura do estudo que se apresenta, porque finalmente é o que vamos apresentar a nossos países. Senhores

Representantes, houve uma rica exposição de idéias para que o Estudo 133 tenha a devida hierarquia e seja editado como estudo sobre a evolução do processo de integração, segundo o estilo de outros organismos internacionais importantes.

A Presidência pensa que as sugestões, recomendações e pontos de vista dos Senhores Representantes, sobre as quais todos coincidiram, poderiam ser levadas em conta pela Secretaria-Geral. Apesar dessas recomendações, todos os Representantes parabenizaram a Secretaria pelo estudo, e considero que é o momento de que o Secretário-Geral exponha seus pontos de vista sobre o debate deste tema, tão rico em idéias e em recomendações. Tem a palavra o Senhor Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL Obrigado, Senhor Presidente. Eu queria agradecer, em nome de toda a equipe que me cabe dirigir, as manifestações de satisfação por este trabalho. Tomamos nota de todas suas observações e procuraremos enriquecer todo este trabalho que temos feito nestes anos para poder ir melhorando este documento que, aliás, tem uma versão preliminar que apresentamos cada fim de ano, com o intuito de apresentar uma espécie de relatório conjuntural. Confesso que a idéia não foi minha, mas a tiramos da CEPAL.

Quero também, como disse Vossa Excelência, parabenizar o Comitê porque esta é a quarta vez que apresentamos este documento e a primeira que o Comitê discute exaustivamente. Agradeço os elogios dirigidos a minha pessoa por minha intervenção de hoje, mas esta intervenção representa o pensamento de todos nós, os funcionários, cujo trabalho eu coordeno.

Foram comentados aqui alguns aspectos mais técnicos. Minha opinião é que podemos enriquecer o trabalho. Às vezes temos muitas dificuldades com as informações estatísticas e, até mesmo, não dispomos agora de todas as informações estatísticas de comércio para realizar o trabalho como nós gostaríamos. Muitas vezes devemos trabalhar com cifras estimadas ou com cifras de uma só parte e não da outra, o que poderia corroborar o comércio ou o intercâmbio comercial de todos nossos países.

Tomamos nota, Senhor Presidente, de tudo o que nos disseram. Creio que podemos fazer um trabalho melhor. Tem sido um processo evolutivo permanente. Esta é nossa quarta experiência. No próximo ano apresentaremos, com certeza, um trabalho muito maior, muito mais completo. São muito importantes os acréscimos feitos pelo Embaixador da Argentina. Não é fácil mudar nossa cultura comercialista pela cultura para outras ações da integração, mas paulatinamente estamos evoluindo para esse caminho. Há também outras contribuições, principalmente a do Embaixador do Chile. Nossa intenção é que em um futuro não muito longe este documento adquira a entidade por ele assinalada. Obrigado, novamente, Senhor Presidente e Senhores Representantes.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Secretário-Geral. Concordo em que todas as idéias são atendíveis. Há uma última proposta da Argentina, que me parece muito útil, e é que em setembro ou outubro Vossa Excelência nos apresente um *non paper*, da estrutura do próximo estudo, mas simplesmente para vê-lo, para sabermos que estaremos ainda mais satisfeitos com o relatório final.

Considero que este ponto foi debatido *in extenso*, e o deixamos.

8. Consideração do pedido da Organização Pan-Americana da Saúde para ser aceita como Observador (ALADI/SEC/Proposta 234).

Consideraremos o ponto 8, pedido da Organização Pan-Americana da Saúde para ser aceita como Observador no Comitê de Representantes da ALADI. A Secretaria apresentou o documento ALADI/SEC/di 1507, que me exime de qualquer ampliação. Aí está explicado por que é muito útil que a Organização Pan-Americana da Saúde e, portanto, a Organização Mundial da Saúde sejam Observadores no Comitê.

Desejaria saber se todos estão de acordo, porque também há um projeto de acordo para que esta proposta seja aceita pelo Comitê e a OPS possa integrar-se a esta sala. Existe algum ponto de vista contrário a considerar a OPS como Observador? Não há opiniões contra a Proposta 234, submetida a nossa consideração. Ela atende os trâmites legais do regulamento e do próprio Tratado. Então, seria aprovada.

Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). É uma questão exclusivamente de procedimento. Parece-nos conveniente que estas propostas vão para o grupo de trabalho respectivo e que depois sejam tratadas no plenário. Eu não tenho nada contra o fato de que a Organização Pan-Americana da Saúde seja Observador, mas seria bom -como procedimento para o futuro- que vá para o grupo institucional que trata alguns temas institucionais deste tipo, que se discuta no grupo e se traga uma recomendação e aí veremos, para ordenar um pouco nossos trabalhos.

Quanto ao fundo deste tema, não tenho inconveniente em que a Organização Pan-Americana da Saúde seja Observador, mas me pareceria conveniente o outro procedimento.

PRESIDENTE. Sim, concordamos e estamos aperfeiçoando estes procedimentos. Considero atendível sua opinião. Logicamente, não há observação a suas palavras. Depois desta aprovação convocaremos o grupo institucional para que dê sua opinião.

Transmitiremos às OPS a notícia de que foi aceita como Observador no Comitê de Representantes. O acordo tem o número 240.

"ACORDO 240

O COMITÊ de REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA O Artigo 35 do Tratado de Montevideu 1980, os Artigos Doze e Vinte e Oito da Resolução 1 do Comitê de Representantes e a Resolução 202 do Comitê de Representantes - Texto Consolidado.

CONSIDERANDO O pedido da Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPS/OMS), de 6 de abril de 2001; e

Que a Secretaria-Geral da ALADI celebrou um Acordo Geral de Cooperação com a OPS/OMS, em 11 de agosto de 1997, em cujo âmbito foi

assinado um Acordo Específico de Cooperação com seu Centro Latino-Americano e do Caribe para Informação em Ciências da Saúde (BIREME), em 28 de julho de 2000, que permitiu o intercâmbio de produtos, sistemas e serviços de informação científico-técnica,

ACORDA:

Outorgar à Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPS/OMS) o caráter de Observador junto ao Comitê de Representantes da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI)."

9. Assuntos diversos.

Passamos a Assuntos Diversos. A Presidência quer fazer uso da palavra por um instante para dar-lhes boas notícias.

Amanhã teremos o tema 6, funcionamento da ALADI e seu aperfeiçoamento. Às 10 da manhã participarão os Senhores Jorge Campbell e o Embaixador Allan Wagner. Desejaria adiantar-lhes que, graças ao Presidente, o Embaixador Wagner poderá vir. Acontece que tem muitas obrigações cívicas no Peru, muito importantes, com o próprio Presidente da República, que o tinha convocado justamente para amanhã, mas conseguiu mudar a data, o que significa que virá com pouco tempo, amanhã às 11 horas. Eu desejaria propor ao Comitê que dividamos em duas esta penúltima reunião de Consulta e Avaliação; uma em horas da manhã, com o Senhor Jorge Campbell, que fará sua exposição -nós faremos o debate- e em horas da tarde, às 13h 30m, reiniciaríamos a reunião, com a presença do Embaixador Wagner.

Oxalá todos possam participar das duas reuniões. Peço-lhes desculpas por esta mudança mas, como digo, levou muito tempo fazer os contatos para conseguir que possa vir, adiando algo tão importante como o que está acontecendo em Lima, mas o Embaixador Wagner devia estar na capital do Peru. Se não houver inconveniente, então, amanhã cada um almoçará por sua conta.

Ofereço a palavra ao Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Senhor Presidente. É para dar uma má notícia. O Doutor Carlos Palacios, que tinha sido selecionado pelo Comitê para apresentar o tema sobre assimetrias, por motivos estritamente pessoais, vinculados com sua saúde, não poderá estar em Montevideu dia 24 de maio. Não será possível contar com sua participação para o desenvolvimento deste tema. Em coordenação com o Presidente do Comitê, tratamos de nos comunicar com outra pessoa que, segundo nosso critério, poderia fazer uma excelente exposição aqui, e é o Doutor Eduardo Mayobre, atualmente funcionário do Sistema Econômico Latino-Americano. Contudo, tampouco pudemos comunicar-nos com o Doutor Mayobre por encontrar-se fora de sua sede. Ele já teve uma experiência muito importante em uma apresentação que fez por ocasião de um seminário, realizado nesta mesma sala, pelo tema da assimetria. Esta era a informação que queríamos dar ao Comitê na manhã de hoje.

PRESIDENTE. Considero importante adotarmos uma decisão agora porque a reunião será na próxima semana. Desejaria escutar opiniões. Tem a palavra o Representante do Equador.

Representação do EQUADOR (Juan Carlos Faidutti Estrada). Se não me engano, quando propusemos o nome do economista Carlos Palacios também falamos do economista Lucio Paredes. Não sei se houve contatos com ele quando se soube o do economista Palacios. Penso que haveria que falar com ele imediatamente e, talvez, ele poderia estar aqui.

PRESIDENTE. Só agora ficamos sabendo o do economista Palacios. O que queremos saber é se há uma segunda iniciativa. Tem a palavra o Representante da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Obrigado. Eu acredito que não existe muita urgência em fazer a reunião no dia 24. O importante é fazer a reunião e que venha um expositor de um bom nível, ou dois, como tem acontecido em outros casos. Devemos dar flexibilidade à Secretaria para que se comunique com as pessoas indicadas e determine uma nova data ou o dia 24; se não é possível o dia 24, que seja em meados de junho. Não vemos urgência em que tudo isto deva finalizar em maio. Obrigado.

PRESIDENTE. A proposta do Comitê de Representantes, faz vários meses, foi que terminássemos em maio. Parece-me que houve um prazo de início e de finalização, mas os Senhores Representantes devem decidir se se modifica o prazo. Trataremos de que seja em 24 de maio. Proporemos isso ao Senhor Paredes. Contemos com essa data, porque depois teremos um mês de junho bastante ocupado com outros temas, e seria bom cumprir essa obrigação de tratar o tema sobre assimetrias.

Ficamos, então, em que a Secretaria se comunique com o economista Paredes para ver se aceita. Não havendo outro ponto, encerra-se a sessão, sendo as 11h35m.
